FUNDAÇÃO DAS ESCOLAS UNIDAS DO PLANALTO CATARINENSE
CNPJ: 84.953.579/0001-05
Av. Castelo Branco, 170 - CEP 88.509-900
Lages – SC

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Valores expressos em Reais

1) ATIVIDADE OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO DAS ESCOLAS UNIDAS DO PLANALTO CATARINENSE, mantenedora da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC é uma entidade educacional, regional, com área de abrangência compreendendo o Planalto Serrano Catarinense, de caráter comunitário, sem fins lucrativos, pública de direito privado, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 94364 de 22.05.87, publicado no DOU de 25.05.87, criada pela Lei municipal nº 005 de 14.03.69, consolidada pela Lei Complementar Municipal nº 092 de 01.04.98, tendo como objetivo principal o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e da prestação de serviços em todos os níveis e por todas as formas ao seu alcance.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil – conforme RESOLUÇÃO CFC N.º 1.409/12, que Approva a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, em consonância com o Código Civil, Lei Federal nº 10.406/2002; com a Lei das Sociedades por Ações, Lei Federal nº 6.404/76 e demais atos normativos aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A empresa observa o regime de competência para o registro das transações, combinado ainda com as seguintes práticas contábeis:

- Classificação de itens Circulantes e Não Circulantes – No Balanço Patrimonial os ativos e obrigações vencidos, ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses, são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou expectativa de realização superiores a 12 meses, são classificados como itens não circulantes;

- Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Estão demonstrados pelos valores de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do Balanço;

- Créditos a receber de clientes - Referem-se a créditos a receber por vendas a prazo de bens/serviços, com valores efetivamente faturados e estão pré-fixados;

- Créditos a receber – outros – referem-se a créditos a receber decorrentes das atividades operacionais acessórias, vinculados a convênios e créditos de clientes em cobrança administrativa ou judicial e, estão demonstrados pelo valor contrado ou do acordo pré-fixados;

- Créditos Operacionais – adiantamentos – referem-se a adiantamentos operacionais a fornecedores, salários e férias de funcionários e estão demonstrados pelo valor original do adiantamento;
- Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – constituída com base na análise de risco provável das contas a receber, e seu montante estimado é considerado adequado para cobrir eventuais perdas na realização de contas a receber de clientes;

- Impostos a Recuperar – estão contabilizados pelo valor original e, classificados de acordo com o prazo e expectativa legal de recuperação de cada crédito fiscal;

- Estoques - constituído de material de consumo, material de expediente e livros da editora e estão avaliados ao custo médio de aquisição, que é inferior ao custo de reposição;

- Direitos Realizáveis a Longo Prazo – referem-se: a) créditos a receber de clientes sub judice demonstrados pelo valor contrato/acordo pré-fixados; b) depósito judicial de IRRF, demonstrado pelo valor original dos depósitos; c) depósitos trabalhistas/cíveis, demonstrados pelo valor original dos depósitos;

- Investimentos permanentes – referem-se a aplicações em cotas de capital da Sicred e estão registrados pelo custo de aquisição;

- Imobilizado - Os bens e direitos do ativo não circulante – imobilizado - estão registrados ao custo de aquisição, combinado ainda com os seguintes aspectos: os bens do imobilizado são depreciados pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração a vida útil e econômica estimada dos mesmos;

- Intangível - Os direitos do ativo não circulante – intangível, refere-se aos custos de software reconhecidos como ativo e, são amortizados durante sua vida útil e econômica estimada em cinco anos;

- Adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 - Para efeito da adoção inicial do Pronunciamento Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado, aprovado pela Resolução CFC Nº 1.263/09, a empresa não promoveu quaisquer ajustes no valor dos seus bens, por entender a Administração, de que os mesmos se encontram registrados por valores que refletem adequadamente a situação econômica;

- Método de depreciação e amortização – Os métodos de depreciação e amortização são compatíveis com a vida útil econômica do ativo, conforme estabelecido pela RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.136/08, que aprova a NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão, combinado com a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, Secção 17, aprovada pela Resolução CFC Nº 1255/09.
A escrituração contábil da empresa alocou o valor deprecável dos ativos em base sistemática ao longo da sua vida útil e escolheu o método de depreciação em linha reta. A Administração da empresa está ciente que deverá revisar seu método atual de depreciação sempre que houver indicação de mudança relevante no padrão pelo qual a empresa espera consumir os benefícios econômicos futuros dos seus ativos.
A escrituração contábil da empresa alocou a amortização para ativos pertinentes, quando corresponde à perda do valor do capital aplicado na aquisição de direitos da propriedade industrial ou comercial e quaisquer outros com existência ou exercício de duração limitada ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

- Passivo circulante e não circulante – são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até à data do balanço;

- Provisões – uma provisão é reconhecida no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido;

- Utilização de estatísticas - Na preparação das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis, requer que a Administração faça estatísticas que afetam os valores apresentados nas mesmas e, em decorrência disso, os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estatísticas.
3) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

<table>
<thead>
<tr>
<th>Natureza</th>
<th>31-12-2015</th>
<th>31-12-2014</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Fundo Fixo</td>
<td>2.000</td>
<td>2.000</td>
</tr>
<tr>
<td>Depósitos bancários à vista</td>
<td>524.087</td>
<td>360.945</td>
</tr>
<tr>
<td>Aplicações financeiras de liquidez imediata</td>
<td>3.446.891</td>
<td>1.992.441</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
<td><strong>3.972.978</strong></td>
<td><strong>2.355.386</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

4) CRÉDITOS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS VALORES A RECEBER DE ATIVIDADES FINS

4.1. Créditos a Receber de clientes

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição do crédito</th>
<th>31-12-2015</th>
<th>31-12-2014</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Mensalidades a receber</td>
<td>8.921.567</td>
<td>5.394.456</td>
</tr>
<tr>
<td>Cheques devolvidos</td>
<td>178.257</td>
<td>179.595</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>9.099.824</strong></td>
<td><strong>5.574.051</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa</td>
<td>(3.514.544)</td>
<td>(2.148.026)</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Saldo Líquido a Receber</strong></td>
<td><strong>5.585.280</strong></td>
<td><strong>3.426.025</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

A estimativa para Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD foi constituída sobre os créditos a receber vencidos com mais de 90 dias.

4.2. Créditos a Receber – Outros

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição do crédito</th>
<th>31-12-2015</th>
<th>31-12-2014</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Fies a receber</td>
<td>336.466</td>
<td>236.966</td>
</tr>
<tr>
<td>Alugueis centro de convivência a receber</td>
<td>9.668</td>
<td>11.470</td>
</tr>
<tr>
<td>Alugueis a receber CCJ</td>
<td>1.058</td>
<td>750</td>
</tr>
<tr>
<td>Ações de cobrança a receber</td>
<td>306</td>
<td>2.296</td>
</tr>
<tr>
<td>Termo de confissão /renegociação de dívida a receber</td>
<td>557.700</td>
<td>564.967</td>
</tr>
<tr>
<td>Condominio Midilages a receber</td>
<td>12.965</td>
<td>13.432</td>
</tr>
<tr>
<td>Cobrança judicial a receber</td>
<td>1.355.733</td>
<td>1.273.514</td>
</tr>
<tr>
<td>Títulos a receber</td>
<td>-</td>
<td>3.754</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras Contas a Receber</td>
<td>90.063</td>
<td>74.055</td>
</tr>
<tr>
<td>Termo noação dívida a receber</td>
<td>401.474</td>
<td>413.052</td>
</tr>
<tr>
<td>Condomínio centro de convivência a receber</td>
<td>1.652</td>
<td>1.040</td>
</tr>
<tr>
<td>Mensalidade quitada por ajuste com fornecedor</td>
<td>4.618</td>
<td>889</td>
</tr>
<tr>
<td>Contrato de noação/divida receber de cliente</td>
<td>6.252</td>
<td>8.646</td>
</tr>
<tr>
<td>Cartão de Crédito a Receber</td>
<td>124.197</td>
<td>88.120</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>2.902.152</strong></td>
<td><strong>2.692.951</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa</td>
<td>(1.997.020)</td>
<td>(2.069.828)</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Saldo Líquido a Receber</strong></td>
<td><strong>905.132</strong></td>
<td><strong>623.123</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

A estimativa para perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD, foi constituída sobre os créditos a receber vencidos com mais de 90 dias.
4.3. Créditos Operacionais – Adiantamentos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição do crédito</th>
<th>31-12-2015</th>
<th>31-12-2014</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Adiantamentos a empregados</td>
<td>9.558</td>
<td>9.099</td>
</tr>
<tr>
<td>Adiantamento para fornecedores</td>
<td>100</td>
<td>753</td>
</tr>
<tr>
<td>Adiantamentos diversos</td>
<td>2.709</td>
<td>1.702</td>
</tr>
<tr>
<td>Adiantamento de férias a empregados</td>
<td>1.733.742</td>
<td>1.532.536</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>1.746.109</td>
<td>1.544.089</td>
</tr>
</tbody>
</table>

4.4. Tributos e Contribuições a Recuperar

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição do crédito</th>
<th>31-12-2015</th>
<th>31-12-2014</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>IRRF a recuperar</td>
<td>18.948</td>
<td>18.898</td>
</tr>
<tr>
<td>Salário família a recuperar</td>
<td>1.770</td>
<td>3.518</td>
</tr>
<tr>
<td>Salário maternidade a recuperar</td>
<td>52.362</td>
<td>8.918</td>
</tr>
<tr>
<td>INSS a recuperar</td>
<td>620</td>
<td>446</td>
</tr>
<tr>
<td>ISS a recuperar</td>
<td>925</td>
<td>925</td>
</tr>
<tr>
<td>Contribuições sociais a recuperar</td>
<td>207</td>
<td>207</td>
</tr>
<tr>
<td>FGTS a recuperar</td>
<td>112.907</td>
<td>112.907</td>
</tr>
<tr>
<td>PIS a recuperar</td>
<td>578</td>
<td>578</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>188.318</td>
<td>146.397</td>
</tr>
</tbody>
</table>

5) DIREITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZOA

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>31-12-2015</th>
<th>31-12-2014</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Crédito de Cliente a Receber Sub Judice (1)</td>
<td>191.548</td>
<td>217.795</td>
</tr>
<tr>
<td>Depósito Judicial-IRRF (2)</td>
<td>18.191.276</td>
<td>16.259.986</td>
</tr>
<tr>
<td>Depósito Judicial-PIS</td>
<td>-</td>
<td>208.205</td>
</tr>
<tr>
<td>Depósito Judicial Trabalhista</td>
<td>825.317</td>
<td>1.020.012</td>
</tr>
<tr>
<td>Contrato de Novação Dívida Receber Cliente</td>
<td>26.519</td>
<td>31.429</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>19.234.660</td>
<td>17.737.427</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Crédito de Clientes a Receber Sub Judice – refere-se a valores a receber de mensalidades dos alunos funcionários e/ou dependentes destes, em discussão quanto ao direito de crédito de bolsas de estudo pelas partes litigantes.

(2) Explicitado na Nota Explicativa 18.

6) ATIVO IMOBILIZADO

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>31-12-2014</th>
<th>Adições</th>
<th>Baixas</th>
<th>31-12-2015</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Terrenos (A)</td>
<td>179.719</td>
<td>-</td>
<td>20.250</td>
<td>159.469</td>
</tr>
<tr>
<td>Terrenos-Conta Reavaliação (A)</td>
<td>4.293.131</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>4.293.131</td>
</tr>
<tr>
<td>Edifícios (A)</td>
<td>5.532.683</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>5.532.683</td>
</tr>
<tr>
<td>Edifícios-Conta Reavaliação (A)</td>
<td>8.762.489</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>8.762.489</td>
</tr>
<tr>
<td>Instalações (A)</td>
<td>310.629</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>310.629</td>
</tr>
<tr>
<td>Benfeitorias (A)</td>
<td>1.281.370</td>
<td>483.447</td>
<td>-</td>
<td>1.764.817</td>
</tr>
<tr>
<td>Descrição</td>
<td>Valor</td>
<td></td>
<td></td>
<td>Valor</td>
</tr>
<tr>
<td>----------------------------------------------------</td>
<td>-------------</td>
<td>---</td>
<td>---</td>
<td>-------------</td>
</tr>
<tr>
<td>Benfeitorias-Conta Reavaliação (A)</td>
<td>40.443</td>
<td></td>
<td></td>
<td>40.443</td>
</tr>
<tr>
<td>Construções Centro Ciências Saúde (A)</td>
<td>2.292.279</td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.292.279</td>
</tr>
<tr>
<td>Reservatório para Água (A)</td>
<td>66.745</td>
<td></td>
<td></td>
<td>66.745</td>
</tr>
<tr>
<td>Reservatório para Água CTA, Reavaliação (A)</td>
<td>6.965</td>
<td></td>
<td></td>
<td>6.965</td>
</tr>
<tr>
<td>Terrenos - Sede Campo Belo</td>
<td>6.120</td>
<td></td>
<td></td>
<td>6.120</td>
</tr>
<tr>
<td>Edifícios - Sede Campo Belo</td>
<td>27.510</td>
<td></td>
<td></td>
<td>27.510</td>
</tr>
<tr>
<td>A jardinamento e Paisagismo</td>
<td>33.156</td>
<td></td>
<td></td>
<td>33.156</td>
</tr>
<tr>
<td>Construção Centro Esportivo (A)</td>
<td>8.310</td>
<td></td>
<td></td>
<td>8.310</td>
</tr>
<tr>
<td>Ampliação CCET em Andamento</td>
<td>-</td>
<td>1.703.449</td>
<td></td>
<td>1.703.449</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamentos de Informática</td>
<td>2.646.801</td>
<td>122.744</td>
<td></td>
<td>2.769.545</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamentos de Laboratório</td>
<td>3.994.807</td>
<td>78.862</td>
<td>1.525</td>
<td>4.072.143</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamentos de Telefonia</td>
<td>136.467</td>
<td>2.984</td>
<td></td>
<td>139.451</td>
</tr>
<tr>
<td>Máquinas e Equipamentos</td>
<td>591.261</td>
<td>82.931</td>
<td>33.121</td>
<td>641.071</td>
</tr>
<tr>
<td>Móveis e Utensílios</td>
<td>2.150.678</td>
<td>52.402</td>
<td></td>
<td>2.203.081</td>
</tr>
<tr>
<td>Acervo Bibliográfico</td>
<td>2.980.118</td>
<td>88.059</td>
<td>4.902</td>
<td>3.063.275</td>
</tr>
<tr>
<td>Veículos e Acessórios</td>
<td>131.474</td>
<td></td>
<td></td>
<td>131.474</td>
</tr>
<tr>
<td>Adorno e Decoração</td>
<td>13.518</td>
<td></td>
<td></td>
<td>13.518</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamentos Eletrônicos</td>
<td>36.751</td>
<td>6.253</td>
<td>1.929</td>
<td>41.075</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamentos de Desporto</td>
<td>46.078</td>
<td></td>
<td></td>
<td>46.078</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamentos de Segurança</td>
<td>34.377</td>
<td></td>
<td></td>
<td>34.377</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamentos para Laboratório Línguas</td>
<td>16.451</td>
<td></td>
<td></td>
<td>16.451</td>
</tr>
<tr>
<td>Ferramentas</td>
<td>5.393</td>
<td></td>
<td></td>
<td>5.393</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total Imobilizado</strong></td>
<td><strong>35.625.723</strong></td>
<td><strong>2.621.131</strong></td>
<td><strong>61.726</strong></td>
<td><strong>38.185.127</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Depreciações Edifícios</td>
<td>(945.248)</td>
<td>(94.546)</td>
<td></td>
<td>(1.039.794)</td>
</tr>
<tr>
<td>Depreciações Benfeitorias</td>
<td>(516.798)</td>
<td>(49.933)</td>
<td></td>
<td>(566.730)</td>
</tr>
<tr>
<td>Depreciações Instalações</td>
<td>(251.344)</td>
<td>(12.544)</td>
<td></td>
<td>(263.888)</td>
</tr>
<tr>
<td>Depreciações Reservatório para Água</td>
<td>(29.445)</td>
<td>(3.277)</td>
<td></td>
<td>(32.722)</td>
</tr>
<tr>
<td>Depreciações Edifícios CTA Reavaliação</td>
<td>(1.314.491)</td>
<td>(146.344)</td>
<td></td>
<td>(1.460.835)</td>
</tr>
<tr>
<td>Depreciações Benfeitorias CTA Reavalição</td>
<td>(14.569)</td>
<td>(1.618)</td>
<td></td>
<td>(16.187)</td>
</tr>
<tr>
<td>Depreciações Reservatório p/Água CTA Reav.</td>
<td>(3.151)</td>
<td>(354)</td>
<td></td>
<td>(3.506)</td>
</tr>
<tr>
<td>Depreciações A jardinamento e Paisagismo</td>
<td>(11.867)</td>
<td>(1.326)</td>
<td></td>
<td>(13.193)</td>
</tr>
<tr>
<td>Depreciações Equip. de Informática</td>
<td>(1.879.788)</td>
<td>(141.551)</td>
<td></td>
<td>(2.021.339)</td>
</tr>
<tr>
<td>Depreciações Equip. de Laboratório</td>
<td>(1.985.566)</td>
<td>(271.811)</td>
<td></td>
<td>(2.257.377)</td>
</tr>
<tr>
<td>Depreciações Equip. de Telefonia</td>
<td>(133.217)</td>
<td>(1.258)</td>
<td></td>
<td>(134.475)</td>
</tr>
<tr>
<td>Depreciações Máquinas e Equipamentos</td>
<td>(225.933)</td>
<td>(31.308)</td>
<td></td>
<td>(257.241)</td>
</tr>
<tr>
<td>Depreciações Móveis e Utensílios</td>
<td>(1.602.765)</td>
<td>(73.921)</td>
<td></td>
<td>(1.676.686)</td>
</tr>
<tr>
<td>Depreciações Veículos e Acessórios</td>
<td>(105.081)</td>
<td>(13.720)</td>
<td></td>
<td>(118.801)</td>
</tr>
<tr>
<td>Depreciações Adorno e Decoração</td>
<td>(13.518)</td>
<td></td>
<td></td>
<td>(13.518)</td>
</tr>
<tr>
<td>Depreciações Equip Eletrônicos</td>
<td>(24.730)</td>
<td>(2.037)</td>
<td>2</td>
<td>(26.765)</td>
</tr>
<tr>
<td>Depreciações Equip. de Desporto</td>
<td>(35.097)</td>
<td>(2.039)</td>
<td></td>
<td>(37.136)</td>
</tr>
<tr>
<td>Depreciações Equip. de Segurança</td>
<td>(33.617)</td>
<td>(606)</td>
<td></td>
<td>(34.223)</td>
</tr>
<tr>
<td>Depreciações Equip. p/ Laboratório Línguas</td>
<td>(16.451)</td>
<td></td>
<td></td>
<td>(16.451)</td>
</tr>
<tr>
<td>Depreciações Ferramentas</td>
<td>(4.931)</td>
<td>(96)</td>
<td></td>
<td>(5.027)</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total Depreciação Acumulada</strong></td>
<td>(9.147.607)</td>
<td>(848.289)</td>
<td>2</td>
<td>(9.995.894)</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Imobilizado Líquido</strong></td>
<td><strong>26.478.116</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td><strong>28.189.233</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

(A) GRAVAME POR HIPOTECA
Os bens imóveis identificados nesta Nota Explicativa, assinalados com (A), estão gravados por hipoteca em favor das Instituições Financeiras explicitadas na Nota Explicativa 9, bem como em favor da União Federal decorrente de garantia do débito de IRFF em Parcelamento, conforme explicitado na Nota Explicativa 11, item 11.

6.1. A escrituração contábil da empresa aloca o valor depreciável dos ativos imobilizados em base sistemática ao longo da sua vida útil e escolheu o método de depreciação em linha reta, calculado da seguinte foma: A) para os
bens adquiridos até 31/08/2010, com base no saldo residual de cada conta de bem depreciável; B) para as aquisições de bens do imobilizado a partir de 01/09/2010 é calculado com base no valor de cada bem, controlado analiticamente no controle patrimonial de bens do imobilizado.

7) ATIVO INTANGÍVEL

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>31/12/2014</th>
<th>Adições</th>
<th>Baixas</th>
<th>31/12/2015</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Software</td>
<td>457.011</td>
<td>264.526</td>
<td>-</td>
<td>721.537</td>
</tr>
<tr>
<td>(-) Amortização acumulada</td>
<td>(291.616)</td>
<td>(58.587)</td>
<td>-</td>
<td>(350.203)</td>
</tr>
<tr>
<td>Intangível Líquido</td>
<td>165.396</td>
<td></td>
<td></td>
<td>371.334</td>
</tr>
</tbody>
</table>

8) BENS DE TERCEIROS – USO EM COMODATO

A Instituição possui bens de terceiros na condição de fiel depositária no montante de R$ 322.430 que são utilizados em projetos de pesquisa nos termos de convênios celebrados com as seguintes Instituições:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Bens</th>
<th>Termo de Cessão de uso nº</th>
<th>Data</th>
<th>Valor do Bem R$</th>
<th>Instituição Conveniada</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Veículo Kombi - marca Volkswagon</td>
<td>01/2008</td>
<td>01/09/2008</td>
<td>41.089</td>
<td>FAPESC</td>
</tr>
<tr>
<td>Veículo Caminhonete - marca Ford Ranger</td>
<td>05/2009</td>
<td>14/04/2009</td>
<td>100.000</td>
<td>FAPESC</td>
</tr>
<tr>
<td>Condicionadores de Ar Split</td>
<td>10/2009</td>
<td>20/10/2009</td>
<td>24.030</td>
<td>FAPESC</td>
</tr>
<tr>
<td>Espectrofotometro de Absorção Atômico</td>
<td>10/2009</td>
<td>20/10/2009</td>
<td>195.000</td>
<td>FAPESC</td>
</tr>
<tr>
<td>Telas com Tripé</td>
<td>10/2009</td>
<td>20/10/2009</td>
<td>780</td>
<td>FAPESC</td>
</tr>
<tr>
<td>Telas Retráteis para Projeção</td>
<td>10/2009</td>
<td>20/10/2009</td>
<td>612</td>
<td>FAPESC</td>
</tr>
<tr>
<td>Telefones sem Fio</td>
<td>10/2009</td>
<td>20/10/2009</td>
<td>288</td>
<td>FAPESC</td>
</tr>
<tr>
<td>Quadro Branco</td>
<td>10/2009</td>
<td>20/10/2009</td>
<td>380</td>
<td>FAPESC</td>
</tr>
<tr>
<td>Incubadora Biológica</td>
<td>05/2013</td>
<td>10/05/2013</td>
<td>20.250</td>
<td>Cinter</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td></td>
<td>382.430</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Estes valores estão apropriados contabilmente em conta de compensação, os quais são apresentados líquidos entre ativos e passivos nas demonstrações contábeis.

9) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<table>
<thead>
<tr>
<th>Posição em 31-12-2015</th>
<th>Banco</th>
<th>31-12-2015</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Curto Prazo</td>
</tr>
<tr>
<td>Banco Banrisul (1)</td>
<td></td>
<td>118.428</td>
</tr>
<tr>
<td>Banco Santander (2)</td>
<td></td>
<td>120.886</td>
</tr>
<tr>
<td>Banco do Brasil (3 - 4)</td>
<td></td>
<td>722.670</td>
</tr>
<tr>
<td>BADESC (5)</td>
<td></td>
<td>1.083.944</td>
</tr>
<tr>
<td>BRDE (6)</td>
<td></td>
<td>438.493</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL LÍQUIDO</td>
<td></td>
<td>2.484.421</td>
</tr>
<tr>
<td>Legenda</td>
<td>Finalidade</td>
<td>Nº do contrato</td>
</tr>
<tr>
<td>---------</td>
<td>------------------</td>
<td>----------------</td>
</tr>
<tr>
<td>BR (1)</td>
<td>Capital de Giro</td>
<td>75374310099</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Capital de Giro</td>
<td>96058370001</td>
</tr>
<tr>
<td>BS/R(2)</td>
<td>Capital de Giro</td>
<td>855744996</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Capital de Giro</td>
<td>605772650</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Capital de Giro</td>
<td>584159235</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Capital de Giro</td>
<td>528167322</td>
</tr>
<tr>
<td>ex</td>
<td>Capital de Giro</td>
<td>2007/155199-3</td>
</tr>
<tr>
<td>BESC(3)</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>BB (4)</td>
<td>Desconto de Cheques – Saldo Conta corrente</td>
<td>030705576</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Construção</td>
<td>2583674</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Construção</td>
<td>2583992</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Construção/ investimento</td>
<td>212637602</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Construção/ investimento</td>
<td>218568602</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Posição em 31-12-2014**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Banco</th>
<th>31-12-2014</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Curto Prazo</td>
</tr>
<tr>
<td>Banco Banrisul (1)</td>
<td>114.835</td>
</tr>
</tbody>
</table>
As obrigações por contratos de empréstimos contratados com Banco Santander, BADESC e BRDE, notadamente para aplicação em inversões fixas (construções) estão garantidos, com garantia real por bens da Instituição UNIPLAC.

A partir de outubro de 2008 a UNIPLAC, através do seu Departamento Jurídico, implementou discussão quanto as condições as condições e cláusulas contratuais de operações de crédito contratadas com Instituições Financeiras, através de ações revisionais bancárias auzizadas judicialmente, especialmente quanto a taxas de juros pactuadas nos contratos celebrados com o Banco do Brasil/ Banco Besc. Em decorrência da discussão judicial em curso, os encargos de atualização monetária e juros contratuais destas obrigações por empréstimos, foram reconhecidos somente até 31-12-2008.

Até o final do ano de 2015 a instituição celebrou acordos com as instituições financeiras, Banrisul, Santander, Banco do Brasil, BRDE, em condições compatíveis com o pedido de revisão do débito proposto pela Fundação Uniplac, referido no segundo parágrafo desta nota.

As obrigações por contratos de empréstimos celebrados com Badesc foram atualizados de acordo com a posição fornecida por esta Instituição ou condições contratuais, porém sem apropriação/incorporação de qualquer encargo por cláusula penal, decorrente de inadimplência por parte da Uniplac e não são objeto de ação revisional.

10) OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

<table>
<thead>
<tr>
<th>Natureza</th>
<th>31-12-2015</th>
<th>31-12-2014</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Curto prazo</td>
<td>Longo prazo</td>
</tr>
<tr>
<td>Salários a Pagar</td>
<td>1.771.771</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>INSS a pagar</td>
<td>1.728.706</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>FGTS a pagar</td>
<td>566.240</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Contribuição Sindical a Pagar</td>
<td>5.384</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Parcelamento FGTS</td>
<td>240.000</td>
<td>1.219.760</td>
</tr>
<tr>
<td>Parcelamento INSS Proc. 39.553.217.5</td>
<td>55.477</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Parcelamento INSS Proc. 12.256.608-4</td>
<td>495.036</td>
<td>1.815.131</td>
</tr>
<tr>
<td>Parcelamento INSS Proc. 12.219.233-8</td>
<td>81.588</td>
<td>299.155</td>
</tr>
<tr>
<td>Acordo Hora Atividade a pagar (1)</td>
<td>1.265.104</td>
<td>1.968.803</td>
</tr>
<tr>
<td>Parcelamento INSS a Pagar – Proies (2)</td>
<td>193.785</td>
<td>35.687.665</td>
</tr>
<tr>
<td>(-)Encarg. Financ. Parc. INSS Proies a Apropriar</td>
<td>28.359</td>
<td>19.013.051</td>
</tr>
<tr>
<td>Provisão Reclamatórias Trabalhistas</td>
<td>-</td>
<td>2.630.841</td>
</tr>
<tr>
<td>Férias e 13ª a Pagar</td>
<td>3.814.525</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>10.189.257</td>
<td>24.608.304</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Explicitado na Nota explicativa nº 17;
(2) A escrituração contábil reconheceu o montante total da dívida tributaria confessada no processo de parcelamento Proies e despesa financeira é reconhecida como despesa operacional de acordo com a competência da parcela paga ou creditada;
11) OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Posição em 31-12-2015

<table>
<thead>
<tr>
<th>Natureza</th>
<th>31-12-2015</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Curto prazo</td>
</tr>
<tr>
<td>1. IRRF a Recolher</td>
<td>632.173</td>
</tr>
<tr>
<td>2. IRRF a Recolher Sub Judice</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>3. PIS a Pagar</td>
<td>46.232</td>
</tr>
<tr>
<td>4. ISS a recolher</td>
<td>43.332</td>
</tr>
<tr>
<td>5. Contribuições retidas na fonte a Recolher</td>
<td>13.739</td>
</tr>
<tr>
<td>7. Parcelamento IRPJ PGNF Processo 13984-000191/2009-71 - CDA 91 2 09 002058-90 (1)</td>
<td>103.445</td>
</tr>
<tr>
<td>9. IRRF a Recolher em Parcelamento - CDA 91 2 10 001761-58(1)</td>
<td>1.950.267</td>
</tr>
<tr>
<td>10. (-) Adiantamento Pedido Parcelamento IRRF – PGNF – CDA 91 2 10 001761-58 (1)</td>
<td>1.539.684</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
<td><strong>1.385.003</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Dívida Tributária de IRRF, com cobrança judicial ajuizada e pedido de parcelamento da dívida junto a PGNF, protocolado em 04/02/2011, em 60 meses, aguardando homologação do pedido, inscrições/processo:
   a) Inscrição 91 2 10 001761-58 – processo 13984 000344-14, valor consolidado do débito na data do pedido do parcelamento = R$ 2.052.912.

Em setembro de 2014 a Instituição aderiu ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies) de que trata a Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012 e Portaria Conjunta PGNF/RFB nº 6, de 17 de agosto de 2012, Processo Administrativo 19832.720036/2014-52, pedido e parcelamento deferido por despacho de 09 de março de 2015, Em decorrência da aprovação do pedido de parcelamento – Proies – este débito ficará remido a partir da data de deferimento do citado parcelamento.

Em 06 de janeiro de 2016, por despacho da colenda Procuradora Seccional da Fazenda Nacional em Lages, no processo administrativo nº 19832.72036/2014-52, foi concedido remissão dos débitos de IRRF retido na fonte (IRRF) contidos nas CDAs nº 91 2 08-001256-73, 91 2 09 002057-09, 91 2 09 002058-90 e 91 2 10 001761-58, inclusive multa, juros e encargos legais incidentes sobre os débitos citados.

(2) Explicitado na Nota Explicativa 18.

Posição em 31-12-2014

<table>
<thead>
<tr>
<th>Natureza</th>
<th>31-12-2014</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Curto prazo</td>
</tr>
<tr>
<td>11. IRRF a Recolher (1)</td>
<td>505.608</td>
</tr>
<tr>
<td>12. IRRF a Recolher Sub Judice</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>13. PIS a Pagar</td>
<td>40.655</td>
</tr>
<tr>
<td>14. ISS a recolher</td>
<td>23.821</td>
</tr>
<tr>
<td>15. Contribuições retidas na fonte a Recolher</td>
<td>4.308</td>
</tr>
<tr>
<td>17. Parcelamento Lei 11.941/2009</td>
<td>113.414</td>
</tr>
</tbody>
</table>
20. IRFF a Recolher em Parcelamento (1) | 1.950.267 | 436.317 | 2.386.584
21. (-) Adiantamento Pedido Parcelamento IRFF – PGFN (1) | 1.539.684 | - | 1.539.684
TOTAL | 1.233.703 | 18.698.834 | 19.932.537

12) OUTRAS OBRIGAÇÕES

<table>
<thead>
<tr>
<th>Natureza</th>
<th>31-12-2015</th>
<th>31-12-2014</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Repasse DCE a pagar</td>
<td>51</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Retenções Afeup a Pagar</td>
<td>55.215</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Retenções Aduniplac a Pagar</td>
<td>4.812</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Adiantamento de Clientes</td>
<td>1.901.625</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Indenizações Trabalhistas a Pagar</td>
<td>169.396</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Depósitos de Terceiros a Identificar</td>
<td>361.925</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Adiant. Mensalidade a Rec. Pref. De Lages</td>
<td>208.800</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Adiant. Mensalidade a Rec. ND Digital</td>
<td>1.234</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Adiant. Mensalidade a Rec. NS Software</td>
<td>496</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Adiant. Mensalidade a Rec. Hant Sol. Em Infor.</td>
<td>600</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Adiant. Mensalidade a Rec. Tractebel energia</td>
<td>320</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Adiant. Mensalidade a Rec. Art. 171 FUMDES Licen.</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Adiant. Mensalidade a Rec. Art. 171 Licenciaturas</td>
<td>2.211.582</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Adiant. Mensalidade a Rec. Flex Contact Center</td>
<td>750</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Multa CLT – PGFN Processo 47620-000336/2010-19</td>
<td>50.414</td>
<td>46.213</td>
</tr>
<tr>
<td>Multa CLT – PGFN Processo 47620-000337/2010-63</td>
<td>40.342</td>
<td>40.342</td>
</tr>
<tr>
<td>Multa CLT – PGFN Processo 47620-000903/2012-07</td>
<td>24.280</td>
<td>87.004</td>
</tr>
<tr>
<td>Convenio 2013TR003607 SDR Lages</td>
<td>1.266.181</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Convenio 2014TR001448 SDR Lages</td>
<td>529.373</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Convenio 2015TR001812 SDR Lages</td>
<td>4.000.000</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Caução Construtora Viseu Ltda</td>
<td>510.114</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Provisão Ações Clíveis</td>
<td>-</td>
<td>339.094</td>
</tr>
<tr>
<td>Cheques a Compensar CEF</td>
<td>2.861</td>
<td>-</td>
</tr>
</tbody>
</table>
TOTAL | 12.150.296 | 512.653 | 4.287.546 |

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

<table>
<thead>
<tr>
<th>Natureza</th>
<th>31-12-2015</th>
<th>31-12-2014</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Doações e Subvenções Patrimoniais</td>
<td>350.743</td>
<td>350.743</td>
</tr>
<tr>
<td>Reservas de Reavaliação</td>
<td>13.514.519</td>
<td>13.666.354</td>
</tr>
<tr>
<td>Déficits Acumulados (1)</td>
<td>(35.256.141)</td>
<td>(6.820.941)</td>
</tr>
</tbody>
</table>
TOTAL | (21.390.879) | 7.196.156 |
(1) Composição do Déficit

<table>
<thead>
<tr>
<th>Natureza</th>
<th>31-12-2015</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Déficit em 31/12/2014</td>
<td>(6.820.941)</td>
</tr>
<tr>
<td>Reserva de Reavaliação</td>
<td>151.835</td>
</tr>
<tr>
<td>Ajuste de Exercícios Anteriores</td>
<td>(21.931.089)</td>
</tr>
<tr>
<td>Déficit Apurado no Exercício</td>
<td>(6.655.946)</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>(35.256.141)</td>
</tr>
</tbody>
</table>

14) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

No curso do ano calendário de 2015, a Instituição reconheceu na escrituração contábil ajustes de exercícios anteriores decorrente de fatos contábeis ocorridos em períodos anteriores e não reconhecido nas datas oportunas.

<table>
<thead>
<tr>
<th>NATUREZA DO AJUSTE</th>
<th>VALOR EM R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Ajustes positivos (aumento do superávit)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>- Distribuição sobras Bco Sicredi</td>
<td>8.431</td>
</tr>
<tr>
<td>- Reversão apropriação em despesa operacional, gastos com ampliação obra civil da estrutura física Midilages, apropriado como imobilizado</td>
<td>453.323</td>
</tr>
<tr>
<td>- NFS do ano de 2014</td>
<td>411</td>
</tr>
<tr>
<td>Ajustes negativos (redução do superávit)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>- IOF acordo Bco do Brasil</td>
<td>81.627</td>
</tr>
<tr>
<td>- Ações de Cobrança a Receber</td>
<td>1.990</td>
</tr>
<tr>
<td>- Encargos Parcelamento INSS</td>
<td>4.866</td>
</tr>
<tr>
<td>- Acordo Hora Atividade</td>
<td>3.233.907</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total do ajuste em 2015</strong></td>
<td><strong>21.931.089</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

15) DETALHAMENTO DA DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA E DESPESAS OPERACIONAIS

15.1. DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

<table>
<thead>
<tr>
<th>NATUREZA DA DESPESA</th>
<th>31-12-2015</th>
<th>31-12-2014</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Bolsa de dependentes de funcionários</td>
<td>614.539</td>
<td>527.697</td>
</tr>
<tr>
<td>Bolsa de funcionários</td>
<td>217.762</td>
<td>179.027</td>
</tr>
<tr>
<td>Restituições de mensalidades, taxas e outras</td>
<td>120.328</td>
<td>414.811</td>
</tr>
<tr>
<td>Cancelamentos</td>
<td>196.902</td>
<td>273.225</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras Deduções e Devoluções</td>
<td>-</td>
<td>10</td>
</tr>
<tr>
<td>Bolsa cidadã</td>
<td>-</td>
<td>2.273</td>
</tr>
<tr>
<td>Bolsa prouni/MEC</td>
<td>5.256</td>
<td>87.483</td>
</tr>
<tr>
<td>Bolsa extensão</td>
<td>368.998</td>
<td>321.708</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras bolsas de estudos concedidas (1)</td>
<td>717.849</td>
<td>585.144</td>
</tr>
<tr>
<td>Bolsa dependentes funcionários por determinação judicial</td>
<td>-</td>
<td>1.386</td>
</tr>
<tr>
<td>--------------------------------------------------------</td>
<td>----</td>
<td>-------</td>
</tr>
<tr>
<td>Bolsa Pesquisa</td>
<td>112.038</td>
<td>38.568</td>
</tr>
<tr>
<td>Bolsa Funcionários por Determinação Judicial</td>
<td>-</td>
<td>1.386</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>2.353.672</strong></td>
<td><strong>2.432.718</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Refere-se a bolsas de estudos: Bolsa Atleta, Bolsa Batalhão, Bolsa estágio UNIPLAC, Bolsa FCIA, Bolsa FECAM, Bolsa Instituto Paternidade Responsável, Bolsas Ministério do Trabalho, Bolsa Museu, Bolsa SAAERS, Bolsa SIMPROESC, Bolsa Secretaria da Saúde, Bolsa Trabalho Fórum Universitário, Bolsa Trabalho IGP, Bolsa UNIPLAC, Bolsa UNIPLAC X ACIL, Bolsa UNIPLAC X Internacional, Bolsa UNIPLAC X Fundo Social, Bolsa UNIPLAC X FUMDES e Bolsa PIBID.

### 15.2. DESPESAS OPERACIONAIS

<table>
<thead>
<tr>
<th>Natureza da Despesa</th>
<th>31-12-2015</th>
<th>31-12-2014</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>15.2.1 - Despesas com Pessoal e Encargos</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>A</strong> - Remuneração e outras verbas salariais</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A2) Despesas com reclamações trabalhistas</td>
<td>1.358.399</td>
<td>344.230</td>
</tr>
<tr>
<td>A3) Acordo hora atividade processo 0129020090712004</td>
<td>734.905</td>
<td>280.834</td>
</tr>
<tr>
<td>A4) Provisão Reclamatórias Trabalhistas</td>
<td>586.450</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>A5) Outras verbas salariais</td>
<td>148.503</td>
<td>80.937</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>A5) Total remuneração e outras verbas salariais</strong></td>
<td><strong>32.875.691</strong></td>
<td><strong>27.083.115</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>B</strong> - Encargos Sociais</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B1) INSS</td>
<td>7.700.549</td>
<td>6.655.331</td>
</tr>
<tr>
<td>B2) FGTS</td>
<td>2.520.879</td>
<td>2.186.554</td>
</tr>
<tr>
<td>B3) PIS</td>
<td>301.091</td>
<td>256.869</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>B3) Total Encargos Sociais</strong></td>
<td><strong>10.522.519</strong></td>
<td><strong>9.098.754</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total despesa com pessoal</strong></td>
<td><strong>43.398.209</strong></td>
<td><strong>36.181.869</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<p>| <strong>15.2.2 - Despesas Administrativas</strong>                    |            |            |
| Serviços Técnicos Esp. De Auditoria                     | 37.000     | 25.205     |
| Serviços Técnicos Esp. Jurídicos                        | 2.401      | -          |
| Serviços de Terceiros pessoa física                      | 468.179    | 411.342    |
| Serviços de terceiros pessoa jurídica                    | 1.152.676  | 901.624    |
| Serviços de vigilância                                   | 554.498    | 496.777    |
| Serviços de Contabilidade                                | 123.838    | 103.315    |
| Serviços de Consultoria                                 | 26.100     | 183.522    |
| Serviços em Informática                                  | 1.528.844  | 1.737.215  |
| Honorários Advogado Hora Atividade                       | 1.224.587  | -          |
| Material de Expediente                                  | 54.717     | 36.247     |
| Material Limpeza/Consumo                                 | 208.671    | 230.814    |
| Material Didático-Técnico                                | 31.274     | 27.904     |
| Material para a Manutenção                               | 10.227     | 11.162     |
| Material para Laboratórios                               | 341.825    | 341.810    |
| Energia elétrica                                         | 651.738    | 448.235    |
| Água                                                     | 93.782     | 84.064     |
| Telefone                                                 | 79.739     | 65.998     |
| Cópias reproduções                                       | 74.788     | 84.141     |
| Aluguéis e arrendamento mercantil                        | 179.471    | 199.470    |
| Despesas postais/malotes                                 | 16.812     | 21.359     |
| Seguros                                                  | 39.240     | 36.447     |
| Depreciação                                              | 906.873    | 784.763    |</p>
<table>
<thead>
<tr>
<th>Despesas</th>
<th>Valor 2015</th>
<th>Valor 2014</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa</td>
<td>1.636.069</td>
<td>692.126</td>
</tr>
<tr>
<td>Eventos Culturais/Sociais</td>
<td>326</td>
<td>3.319</td>
</tr>
<tr>
<td>Viagens e estadas</td>
<td>324.482</td>
<td>408.257</td>
</tr>
<tr>
<td>Manutenção de móveis e equipamentos</td>
<td>105.157</td>
<td>84.882</td>
</tr>
<tr>
<td>Conservação e manutenção de instalações</td>
<td>450.911</td>
<td>550.519</td>
</tr>
<tr>
<td>Propaganda e publicidade</td>
<td>419.512</td>
<td>608.338</td>
</tr>
<tr>
<td>Frete</td>
<td>6.118</td>
<td>22.128</td>
</tr>
<tr>
<td>Veículos e Combustíveis</td>
<td>33.277</td>
<td>28.994</td>
</tr>
<tr>
<td>Publicações Técnicas</td>
<td>2.390</td>
<td>2.977</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesas com software</td>
<td>23.703</td>
<td>63.538</td>
</tr>
<tr>
<td>Taxas e Autenticações</td>
<td>4.175</td>
<td>3.510</td>
</tr>
<tr>
<td>Transporte Acadêmico</td>
<td>24.590</td>
<td>17.040</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesas Repasse DCE</td>
<td>1.785</td>
<td>143.271</td>
</tr>
<tr>
<td>Bens de Uso Permanente</td>
<td>43.165</td>
<td>58.013</td>
</tr>
<tr>
<td>Doações e Contribuições Sociais</td>
<td>41.704</td>
<td>43.050</td>
</tr>
<tr>
<td>Desp. c/ Jornais e Revistas</td>
<td>55</td>
<td>392</td>
</tr>
<tr>
<td>Assinaturas e Mensalidades</td>
<td>40.978</td>
<td>34.640</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras Perdas</td>
<td>3.769</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Repasse convênio estágio curricular</td>
<td>240</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesas com ações judiciais e indenizatórias</td>
<td>12.287</td>
<td>21.341</td>
</tr>
<tr>
<td>Multas Trabalhistas</td>
<td>116.212</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Repasse Despesas Operacionais IABIO</td>
<td>-</td>
<td>984</td>
</tr>
<tr>
<td>Honorários de Sucumbência Acordo Hora Atividade</td>
<td>750.000</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Provisão Ações Cíveis</td>
<td>144.784</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total - despesas administrativas</strong></td>
<td><strong>11.992.970</strong></td>
<td><strong>9.018.734</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

15.2.3 - OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

Reversão provisão para créditos de liquidação duvidosa | (342.359) | (1.042.845) |

15.2.4 - DESPESAS TRIBUTÁRIAS

<table>
<thead>
<tr>
<th>Despesas tributárias</th>
<th>Valor 2015</th>
<th>Valor 2014</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>33.971</td>
<td>106.648</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

15.2.5 - DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

a) Despesas Financeiras

<table>
<thead>
<tr>
<th>Despesas Financeiras</th>
<th>Valor 2015</th>
<th>Valor 2014</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>A1) Juros passivos</td>
<td>297.752</td>
<td>241.993</td>
</tr>
<tr>
<td>A2) Desconto concedido</td>
<td>1.246.980</td>
<td>981.681</td>
</tr>
<tr>
<td>A3) Multas Fiscais</td>
<td>486.694</td>
<td>9.468</td>
</tr>
<tr>
<td>A4) Juros e tarifas Banco do Brasil</td>
<td>647.528</td>
<td>1.024.687</td>
</tr>
<tr>
<td>A5) Juros tarifas CEF</td>
<td>105.132</td>
<td>99.436</td>
</tr>
<tr>
<td>A6) Juros e encargos s/financiamento – BADESC</td>
<td>296.184</td>
<td>442.974</td>
</tr>
<tr>
<td>A7) Juros e encargos s/financiamento – BRDE</td>
<td>305.639</td>
<td>327.091</td>
</tr>
<tr>
<td>A8) Outros encargos financeiros</td>
<td>102.444</td>
<td>147.369</td>
</tr>
<tr>
<td>A9) Total despesas financeiras</td>
<td>3.488.352</td>
<td>3.274.700</td>
</tr>
<tr>
<td>Receitas Financeiras</td>
<td>(1.101.212)</td>
<td>(997.831)</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesas financeiras líquidas</td>
<td>2.387.140</td>
<td>2.276.869</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>57.469.930</strong></td>
<td><strong>46.541.274</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

15.3. TOTAL DAS DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA E DESPESAS OPERACIONAIS

<table>
<thead>
<tr>
<th>NATUREZA DA DESPESA</th>
<th>31-12-2015</th>
<th>31-12-2014</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Deduções da Receita Bruta</td>
<td>2.353.672</td>
<td>2.432.718</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Despesas Operacionais  |  55.048.819 | 44.157.758
--- | --- | ---
Despesas Tributárias  |  33.971 | 106.648
Despesas financeiras líquidas  |  2.387.140 | 2.276.869
**Total**  |  59.823.602 | 48.973.993

### 16) FILANTROPIA

Por deliberação do Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal, a Fundação Uniplac espontaneamente optou, a partir de 1 de janeiro de 2011, pela desistência da sua condição de Entidade Filantrópica, Ata N 012/2010, haja vista que a manutenção da Filantropia gera maior gastos que o benefício fiscal. A legislação pertinente determina que para os fins da concessão da certificação da filantropia a entidade de educação deveria aplicar anualmente em gratuidade, pelo menos 20% da receita anual efetivamente recebida.

#### Comparativo do benefício pela opção de desistência da filantropia

<table>
<thead>
<tr>
<th>Natureza</th>
<th>31-12-2015</th>
<th>31-12-2014</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1. Receita base de cálculo da aplicação mínima do percentual de 20% em gratuidade para manutenção da condição de filantrópica.</td>
<td>52.836.902</td>
<td>49.758.167</td>
</tr>
<tr>
<td>2. Aplicação de recursos em gratuidade - 20% sobre a base de cálculo - item 1.</td>
<td>10.567.380</td>
<td>9.951.633</td>
</tr>
<tr>
<td>3. Contribuição para a previdência social – INSS - cota patronal + sat + contribuição para terceiros incidente sobre salários de funcionários e pagamentos a autônomos.</td>
<td>7.700.548</td>
<td>6.663.576</td>
</tr>
<tr>
<td>4. Economia anual gerada pela desistência da filantropia.</td>
<td>2.866.832</td>
<td>3.288.057</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### 17) CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Instituição possui processos judiciais e administrativos em andamento, cujo prognósticos quanto à possibilidade de perda no seu desfecho, estão informados em relatórios da Assessoria Jurídica da Instituição, conforme divulgado a seguir:

#### Posição em 31-12-2015

<table>
<thead>
<tr>
<th>Natureza</th>
<th>Risco</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Discussão de natureza Civil – Mandado de Segurança</td>
<td><strong>Risco possível</strong> – valor R$ 656.513; <strong>Risco Provável</strong> – valor R$ 339.094. Refere-se a ações indenização de danos morais, inexistência de débitos e mandado de segurança de alunos e ex-alunos.</td>
</tr>
<tr>
<td>Discussão de natureza trabalhista</td>
<td><strong>Risco possível</strong> – valor R$ 5.000; <strong>Risco Provável</strong> – valor R$ 2.630.840.</td>
</tr>
<tr>
<td>Discussão de natureza trabalhista – hora atividade <em>(1)</em></td>
<td>Acordo</td>
</tr>
</tbody>
</table>

*(1) Acordo PROCESSO Nº RT 01290-2009-007-12-00-4, celebrado em 18/12/2014, na 1ª Vara do Trabalho de Lages, Estado de Santa Catarina, decorrente de transação, de mérito, da ação trabalhista nº 01290-2009-007-12-00-4, que tramita perante a 1ª Vara do Trabalho de Lages, em que o Sindicato figura como substituto processual de 401 professores, além do estabelecimento de regras e condições para a quitação de passivos trabalhistas derivados da parcela conhecida como hora-atividade. Trânsito em julgado da decisão considerado pelo Departamento Jurídico da Instituição em 26.01.2015, tendo em vista o teor do art. 183 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e PORTARIA Nº GP/CR 300, de 12 de*
dezembro de 2014. O montante acordado e homologado foi de R$ 4.306.698,00, para pagamento nas seguintes condições: a) R$ 337.896,00 valores pagos até 31/12/2014 e R$ 3.968.802,00 para pagar a partir da homologação do acordo, limitado a um milhão de reais por ano a partir de 2015.
A escrituração contábil reconheceu o acordo celebrado e a apropriação das parcelas pagas são reconhecidas como despesa com pessoal e encargos de acordo com a competência de pagamento da parcela.

Posição em 31-12-2014

<table>
<thead>
<tr>
<th>Natureza</th>
<th>Risco</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Discussão de natureza Civil – instituições Financeiras</td>
<td><strong>Risco provável.</strong> Refere-se à discussão decorrente de ações revisionais bancárias ajuizadas judicialmente, especialmente quanto a taxas de juros pactuadas nos contratos celebrados com o Banco do Brasil/Banco Basc, nos valores explicitados na Nota 9, todavia a Fundação UNIPLAC celebrou com todas as instituições financeiras composição e/ou acordo de pagamento estão em curso de realização.</td>
</tr>
<tr>
<td>Discussão de natureza Civil – Mandado de Segurança</td>
<td><strong>Risco possível.</strong> Refere-se a ações indenização de danos morais, inexistência de débitos e mandado de segurança de alunos e ex-alunos.</td>
</tr>
<tr>
<td>Discussão de natureza trabalhista</td>
<td><strong>Risco possível.</strong> Refere-se a demandas trabalhistas, que na avaliação da procuradoria jurídica da Fundação UNIPLAC, com base no valor da causa é estimado em R$ 1.943.000,00.</td>
</tr>
<tr>
<td>Discussão de natureza trabalhista – hora atividade (1)</td>
<td>Acordo PROCESSO Nº RT 01290-2009-007-12-00-4</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Acordo PROCESSO Nº RT 01290-2009-007-12-00-4, celebrado em 18/12/2014, na 1ª Vara do Trabalho de Lages, Estado de Santa Catarina, decorrente de transação, de mérito, da ação trabalhista nº 01290-2009-007-12-00-4, que tramita perante a 1ª Vara do Trabalho de Lages, em que o Sindicato figura como substituto processual de 401 professores, além do estabelecimento de regras e condições para a quitação de passivos trabalhistas derivados da parcela conhecida como hora-atividade. Trânsito em julgado da decisão considerado pelo Departamento Jurídico da Instituição em 26.01.2015, tendo em vista o teor do art. 183 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e PORTARIA N.º GP/CR 300, de 12 de dezembro de 2014. O montante acordado e homologado foi de R$ 4.306.698,00, para pagamento nas seguintes condições: a) R$ 337.896,00 valores pagos até 31/12/2014 e R$ 3.968.802,00 para pagar a partir da homologação do acordo, limitado a um milhão de reais por ano a partir de 2015.

18) DEPÓSITO JUDICIAL - IRRF VERSO IRRF A RECOLHER SUB-JUDICE

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nomenclatura</th>
<th>31-12-2015</th>
<th>31-12-2014</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>conta contábil: 1110 = Depósito Judicial IRRF – Ativo Realizável a longo prazo</td>
<td>18.191.276</td>
<td>16.259.986</td>
</tr>
<tr>
<td>conta contábil: 2770 = IRRF a Recolher Sub Judice - passivo exigível a longo prazo</td>
<td>18.191.276</td>
<td>16.259.986</td>
</tr>
</tbody>
</table>
AÇÕES ORDINÁRIAS (PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO) Nº 1999.72.06.002426-6 (SC) / 0002426-83.1999.404.7206.


Razões da discussão: Argumenta-se que: a) sendo o Município de Lages o responsável pelo desconto e o destinatário final da verba arrecadada a título de imposto sobre rendas e proventos, - Imposto de Renda Retido na Fonte, b) o Instituidor da Fundação UNIPLAC, pode dispensar do recolhimento as fundações que a tenha instituído.

A Fundação UNIPLAC requereu a extinção do processo em virtude da adesão ao PROIES, em 04/09/2014, estando aguardando a decisão judicial quanto a devolução dos valores depositados e/ou conversão dos depósitos em renda da União.

19) BENS E VALORES SEGUROS

Os valores dos bens segurados são determinados e controlados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros.

20) CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL – COFINS

A Instituição não reconhece como devida a contribuição para a COFINS, com base da sua receita contra prestacional, haja vista o disposto no art. 14, inciso X, da medida provisória - MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e é reconhecida a isenção da COFINS decorrente das receitas relativas às atividades próprias das instituições de: a) Educação e Assistência Social (imunes nos termos dos arts. 150, inciso VI, alínea c, e 195, parágrafo 7º, da CF); b) instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e associações isentas ao Imposto de Renda e CSLL (art. 15 da lei 9.532/97); (c) fundações de direito privado criadas pelo poder público, consubstanciadas na SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB Nº 21, DE 4 DE MARÇO DE 2013, (7ª Região Fiscal), D.O.U.: 08.04.2013

21) TRABALHO VOLUNTARIADO

Foi reconhecido na escrituração contábil, serviços voluntários, pelo valor justo da prestação do serviço como se estivesse ocorrido o desembolso financeiro no curso do ano de 2015, no montante de R$ 73.211,63.

22) RENUNCIA FISCAL

Os tributos objeto de renúncia fiscal em 2015 totalizam de R$ 1.041.009,59, corresponsável ao ISQN.


24) Em setembro de 2014 a Instituição aderiu ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies) de que trata a Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012 e Portaria Conjunta
PGFN/RFB n.º 6, de 17 de agosto de 2012, Processo Administrativo 19832.720036/2014-52, pedido e parcelamento deferido por despacho de 09 de março de 2015.

25) Evento Subsequente ao encerramento das Demonstrações Contábeis:

25.1) Pedido de Remissão de IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte, Despacho Decisório = 300/2015 – DRF/Lages, de 28/09/2015, síntese abaixo:
Em 06 de janeiro de 2016, por despacho desta colenda Procuradora Seccional da Fazenda Nacional em Lages, no processo administrativo n° 19832.72036/2014-52, foi concedido remissão dos débitos de IRRF retido na fonte (IRRF) contidos nas CDAs n° 91 2 08-001256-73, 91 2 09 002057-09, 91 2 09 002058-90 e 91 2 10 001761-58, inclusive multa, juros e encargos legais incidentes sobre os débitos citados.


AÇÃO ORDINÁRIA (PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO) Nº 1999.72.06.002426-6/SC

AUTOR : FUNDACAO DAS ESCOLAS UNIDAS DO PLANALTO CATARINENSE

ADVOGADO : SERGIO ROBERTO BACK

: ANGELO ROBERTO SPILLER

: ROBERTO RAMOS

RÉU : UNIÃO FEDERAL

DESCACHO/DECISÃO-OFÍCIO

Lages, 04 de março de 2016.

Desp./Dec-Ofício n.º 6659170 - SCLAG01
Ao responder, favor fazer referência ao número do processo em epígrafe.

1. Oficie-se à CAIXA, agência 2369, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda à transformação em pagamento definitivo os valores depositados após o dia 10/06/2014 na conta n.2369.635.327-5, em favor da União - Fazenda Nacional, devendo comprovar nos autos a efetivação da medida.

2. Com a resposta, intime-se a União - Fazenda Nacional para que se manifeste acerca da satisfação do seu crédito, no prazo de 15 (quinze) dias.


Encaminhe-se a presente decisão, que servirá como ofício.

Giovana Guimarães Cortez
Juíza Federal
Ilustríssima Senhora

Gerente da CAIXA (Agência 2369)
LAGES - SC
1ª VF - Avenida Belizário Ramos, 3800, Centro - Lages - CEP 88502-100 - Fone: (49) 3221-5300 - Página: www.jfsc.jus.br - Email: sclag01@jfsc.jus.br

Documento eletrônico assinado por Giovana Guimarães Cortez, Juíza Federal, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico http://www.jfsc.jus.br/gedpro/verifica/verifica.php, mediante o preenchimento do código verificador 6659170v11 e, se solicitado, do código CRC 12E6461B.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): Giovana Guimarães Cortez
Data e Hora: 04/03/2016 18:30

27) AUTORIZAÇÃO E DATA PARA A CONCLUSÃO DA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTABEIS

Em 14 de Junho de 2016, a Administração concedeu a autorização para a conclusão das Demonstrações Contábeis.

Marco Aurélio de Liz Marian
Presidente da Fundação Uniplac

Carlos Eduardo de Liz
Diretor Executivo da Fundação Uniplac

EAC - ESMÉRIO CONTADORES ASSOCIADOS LTDA.
CRCSC 002868/0-4
José Sidney Ribeiro Esmério
Contador CRCSC 007026/0-6